

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	539,01
Extensão em kV:	230/440
Subestações próprias/ acessadas:	7

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 123.158.086 (cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitenta e seis reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 133.944.854 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	2,10	2,14
• Liquidez corrente	2,88	4,63
• Relação patrimônio líquido/ativo	52,34%	53,36%
• Relação passivo não circulante/Ativo	38,30%	39,69%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	12,88%	15,98%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	23,19%	28,51%
Ativos totais – R\$	547.810.924	547.843.425
Lucro líquido do exercício – R\$	36.936.340	46.714.800

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e



permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.



PORTO PRIMAVERA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 3.4, 9 e 18 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes.</p> <p>Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes;(ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos;(iii) Verificação, com o apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior;(iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.067/2022 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos);(v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados;(vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

	<p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

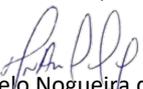
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.803.147	64.574.343
Concessionárias e permissionárias	6	10.654.298	13.074.901
Contas a receber - partes relacionadas	24	4.654.242	3.724.510
Adiantamento a fornecedores		106.760	86.563
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	24.764	10.152.476
Outros impostos a recuperar	8	951.697	2.481
Estoques	9	1.460.410	1.668.380
Ativos de contrato	10	60.681.763	82.006.158
Outros ativos circulantes		<u>1.306.312</u>	<u>847.176</u>
		147.643.393	176.136.988
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	8.020.029	6.237.059
Ativos de contrato	10	389.991.376	363.171.803
Outros ativos não circulantes		150.731	150.731
Imobilizado		1.931.603	2.041.829
Intangível		<u>73.792</u>	<u>105.015</u>
		400.167.531	371.706.437
Total do ativo		<u>547.810.924</u>	<u>547.843.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	11	5.011.440	3.484.848
Fornecedores - partes relacionadas	24	498.111	634.228
Financiamento – terceiros	12	18.290.191	14.678.382
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	17.035.690	10.120.589
Outros impostos a pagar	13	2.109.454	2.143.726
Taxas regulamentares		2.176.201	1.526.618
Outros passivos circulantes	14	6.142.742	5.452.504
		51.263.829	38.040.895
Passivo não circulante			
Financiamento - terceiros	12	109.324.126	117.614.874
Outras contas a pagar com partes relacionadas	24	20.000	20.000
Provisão para contingências	15	150.731	150.731
Impostos diferidos	16	100.301.560	99.673.485
		209.796.417	217.459.090
Patrimônio líquido	17		
Capital social		214.035.000	214.035.000
Reserva de retenção de lucros		46.454.474	53.894.053
Reserva legal		26.261.204	24.414.387
		286.750.678	292.343.440
Total do passivo e do patrimônio líquido		547.810.924	547.843.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	108.802.839	112.063.949
Custo de construção e operação	19	<u>(33.136.577)</u>	<u>(20.450.644)</u>
Lucro bruto		75.666.262	91.613.305
Despesas gerais e administrativas	20	(6.882.497)	(5.946.828)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas	21	<u>(2.280.308)</u>	<u>(2.316.769)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		66.503.457	83.349.708
Resultado financeiro	22	<u>(6.747.982)</u>	<u>(16.307.133)</u>
Receita financeira		8.144.400	3.678.496
Despesa financeira		<u>(14.892.382)</u>	<u>(19.985.629)</u>
Resultado antes dos impostos		59.755.475	67.042.575
IRPJ e CSLL correntes	23	(22.349.386)	(14.744.074)
IRPJ e CSLL diferidos	23	<u>(469.749)</u>	<u>(5.583.701)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>36.936.340</u>	<u>46.714.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	36.936.340	46.714.800
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	36.936.340	46.714.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	214.035.000	22.078.647	57.748.848	-	293.862.495
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.714.800	46.714.800
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 17)	-	-	-	(9.017.232)	(9.017.232)
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 17)	-	2.335.740	-	(2.335.740)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	35.361.828	(35.361.828)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17)	-	-	(39.216.623)	-	(39.216.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214.035.000	24.414.387	53.894.053	-	292.343.440
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.936.340	36.936.340
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 17)	-	1.846.817	-	(1.846.817)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 17)	-	-	-	(10.604.045)	(10.604.045)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	24.485.478	(24.485.478)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17)	-	-	(31.925.057)	-	(31.925.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	214.035.000	26.261.204	46.454.474	-	286.750.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		59.755.475	67.042.575
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	12	13.351.778	18.791.453
Depreciação e amortização		538.107	404.707
Provisão para perda de crédito esperada	6	736.290	(102.837)
Baixa de imobilizado e intangível		-	1.471
Rendimento títulos e valores mobiliários		(19)	(6)
Provisão para contingência	15	-	95.726
Custos de transação de financiamento	12	755.204	755.204
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		1.684.312	756.359
Títulos e valores mobiliários		3	-
Contas a receber - partes relacionadas		(929.732)	423.891
Ativo de contrato	10	(5.495.178)	10.264.939
Estoques		207.970	(97.309)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.127.712	(747.404)
Outros impostos a recuperar		(949.216)	(1.234)
Adiantamentos a fornecedores		(20.197)	948.541
Outros ativos		(459.137)	18.229
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores e partes relacionadas		1.390.480	(157.379)
Tributos e contribuições sociais		1.044.061	11.567.549
Taxas regulamentares		649.583	(1.225.099)
Outros passivos		690.238	601.678
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		83.077.734	109.341.054
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(14.295.848)	(17.327.309)
Outros impostos pagos		(3.649.055)	(13.015.649)
Juros pagos	12	(5.960.986)	(5.731.993)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		59.171.845	73.266.103
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(396.657)	(46.472)
Aplicação de Títulos e valores mobiliários		(44.453.622)	(55.242.579)
Resgate de Títulos e valores mobiliários		42.670.668	53.068.210
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(2.179.611)	(2.220.841)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	12	(12.824.935)	(6.648.908)
Dividendos pagos	17	(31.925.057)	(39.216.623)
Juros sobre capital próprio	17	(9.013.438)	(15.755.148)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(53.763.430)	(61.620.679)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.228.804	9.424.583
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		64.574.343	55.149.760
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		67.803.147	64.574.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão em 440 kV e 230 kV, composta por duas linhas de transmissão 440 kV com extensão aproximada de 1 km cada, com origem nos bays 4 e 5 da Subestação UHE Porto Primavera e término na Nova Subestação Porto Primavera, ambas localizadas no Estado de São Paulo, pela nova Subestação Porto Primavera e sua transformação em 440/230 kV, 2x450 MVA, e respectivas conexões à transformação em 440 kV, sem disjuntores e em 230 kV; interligação de barras em 230 kV; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 190 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera 440/230 kV e término na Subestação Dourados, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 300 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera 440/230 kV localizada no Estado de São Paulo e término na nova Subestação Imbirussu 230/138 kV, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela Subestação Imbirussu 230/138 kV e sua transformação 230/138 kV 2x150 MVA e respectivas conexões à transformação; pelas respectivas entradas de linha em 230 kV; barramentos 230 kV e 138 kV; interligação de barras em 230 kV e 138 kV e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, telecomunicação, administração e apoio. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 539 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.933/21, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 10.421/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua

responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-034 - SE Nova Porto Primavera - instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV.

De acordo com o Despacho Aneel nº 1.430/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações instalação de 3 TPs no bays de conexão da LT 440 kV Nova Porto Primavera – Porto Primavera C1 e C2 na UHE Porto Primavera e adequações necessárias para integração dessas informações ao sistema scada da usina (caixa de junção, lp's, cabeamento, ajustes no supervisório, etc.)

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.286 (quarenta e três milhões, setecentos e onze mil, duzentos e oitenta e seis reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 137.756.927 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 133.944.854 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 123.158.086 (cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitenta e seis reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de

construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (a) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das

demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.

- (b) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (c) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
 - (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	814
Bancos	7.857.711	8.346.965
Aplicações financeiras (i)	59.945.436	56.226.564
	<u>67.803.147</u>	<u>64.574.343</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,14% do CDI em 2022 e de 102,76% do CDI em 2021. Apesar de durante o exercício de 2022 a Companhia aumentar o volume de amortização do principal e juros sobre os financiamentos obtidos com terceiros, o aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa se deu principalmente por conta de menor volume de pagamentos de dividendos adicionais e juros sobre capital próprio, que são as principais contas que afetam o fluxo de caixa da Companhia, cujo efeito líquido das movimentações gerou uma sobra de caixa.

4. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer (i)	9.886.409	12.303.558
Vencidas até 30 dias	24.119	59.741
Vencidas até 60 dias	3.504	650
Vencidas até 90 dias	8.583	873
Vencidas há mais de 90 dias	<u>1.525.738</u>	<u>767.844</u>
	11.448.353	13.132.666
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) (ii)	<u>(794.055)</u>	<u>(57.765)</u>
	<u>10.654.298</u>	<u>13.074.901</u>

- (i) Variação neste grupo ocorreu devido à redução na receita permitida no ciclo 2022/2023 comparado ao exercício de 2021 conforme planilha da O.N.S.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(57.765)	(160.602)
Reversão	27.870	107.829
Adição (ii)	<u>(764.160)</u>	<u>(4.992)</u>
Saldo final	<u>(794.055)</u>	<u>(57.765)</u>

- (ii) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos.

5. Títulos e valores imobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva – financiamentos (i)	<u>8.020.029</u>	<u>6.237.059</u>
Total	<u>8.020.029</u>	<u>6.237.059</u>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A..

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures,

conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

- (i) A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de cobertura da dívida estava de acordo com o índice exigido em contrato.

8. Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ saldo negativo (i)	14.824	7.079.181
CSLL saldo negativo (i)	5.683	3.069.212
Outros	4.257	4.083
	24.764	10.152.476

Outros impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Pis a recuperar	90	90
Cofins a recuperar	415	415
INSS (ii)	40.927	-
Tributos municipais	1.306	1.306
IRRF sobre aplicação financeira	849.312	-
Outros	59.647	670
	951.697	2.481

- (i) Variação refere-se a utilização dos créditos de saldo negativo durante o exercício de 2022.
(ii) Variação refere-se a créditos de INSS de empregados constituídos junto a consultoria e que serão utilizados durante o ano de 2023.

9. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	1.460.410	1.668.380
	1.460.410	1.668.380

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

10. Ativos de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	60.681.763	82.006.158

Não circulante	389.991.376	363.171.803
	450.673.139	445.177.961

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	455.442.900
Receita de construção (i)	2.297.578
Receita de O&M (ii)	26.433.198
Receita de remuneração	61.897.300
Recebimentos (iii)	(100.288.770)
Imobilizado em curso (iv)	(604.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	445.177.961
Circulante	82.006.158
Não circulante	363.171.803
Saldo em 31 de dezembro de 2021	445.177.961
Receita de construção (i)	22.926.898
Receita de O&M (ii)	26.714.670
Receita de remuneração	61.086.923
Recebimentos (iii)	(109.016.866)
Imobilizado em curso (iv)	3.783.553
Saldo em 31 de dezembro de 2022	450.673.139
Circulante	
Não circulante	60.681.763
	389.991.376

- (i) Valor em 2022 refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço da subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21. No exercício de 2021 refere-se substancialmente ao encerramento do projeto do autotransformador na subestação Nova Porto Primavera.
- (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL.
- (iv) Valor em 2021 refere-se substancialmente no investimento com o projeto de melhoria para o reforço das torres de 230 Kv. No exercício de 2021 refere-se a quitação de adiantamentos do projeto de reforço do autotransformador da subestação Nova Porto Primavera

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

11. Fornecedores – terceiros

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra	222.253	256.797
Fornecedores relacionados à construção (i)	4.384.788	3.066.181
Gastos ambientais e fundiários	10.432	15.066
Prestadores de serviços	125.981	96.335
Outros	267.986	50.469
	<u>5.011.440</u>	<u>3.484.848</u>

- (i) Variação refere-se a compra de reator para projeto de reforço conforme Resolução Autorizativa nº 10.421/21, que autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica

12. Financiamentos - terceiros

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	Fev/19	Fev/29	(c)	IPCA+ 4,45% a.a.	127.614.317	132.293.256
					<u>127.614.317</u>	<u>132.293.256</u>
Circulante					18.290.191	14.678.382
Não circulante					109.324.126	117.614.874
					<u>127.614.317</u>	<u>132.293.256</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo final Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
Debêntures	132.293.256	13.351.778	(5.960.986)	-	(12.824.935)	755.204	127.614.317
Total	<u>132.293.256</u>	<u>13.351.778</u>	<u>(5.960.986)</u>	<u>-</u>	<u>(12.824.935)</u>	<u>755.204</u>	<u>127.614.317</u>

Financiador	Saldo final Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
-------------	------------------------------	-------------------------------------	------------------	-----------------	----------------------	--------------------------------	------------------------------

Debêntures	<u>125.127.500</u>	<u>18.791.453</u>	<u>(5.731.993)</u>	<u>-</u>	<u>(6.648.908)</u>	<u>755.204</u>	<u>132.293.256</u>
Total	<u>125.127.500</u>	<u>18.791.453</u>	<u>(5.731.993)</u>	<u>-</u>	<u>(6.648.908)</u>	<u>755.204</u>	<u>132.293.256</u>

Debêntures

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

c. Garantias

- Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento à Primeira Emissão de Debentures da Companhia foi liberada em agosto de 2022.

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato da 1ª emissão de Debêntures A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato da 1ª emissão de Debêntures, Anexo III – Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2022.

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	71.914
(+) EBITDA	86.210
(-) Pagamento de IR + CS	(14.296)
B) Serviço da Dívida	18.786
(+) Amortização de dívida	12.825
(+) Pagamento de juros	5.961

Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B) 3,8

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Dívida Financeira Líquida, de acordo com o referido contrato deve ser inferior a 3,5, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	59.811
Ebitda (B)	86.210
DV/Ebitda (A/B)	0,69

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 15%, com base no balanço regulatório, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	59.811
Patrimônio Líquido (B)	
306.905	
Índice de Capitalização (B/(A+B))	
84%	

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2024	15.550.204
2025	15.550.200
2026	15.550.198
2027	17.006.832
2028-2029	45.666.692
	109.324.126

13. Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	12.833.867	7.697.821
CSLL (i)	4.201.823	2.422.768
	17.035.690	10.120.589

Outros impostos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	146.222	143.212
COFINS	681.770	665.812
Imposto de renda retido na fonte	45.410	48.518
INSS	546.032	372.159
FGTS	146.207	122.874
ISS	255.909	125.895
Outros	287.904	665.256
	2.109.454	2.143.726

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do ano de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

14. Outros passivos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	2.314.170	2.012.141
Provisão de bônus (i)	3.398.523	3.061.082
Outros	430.049	379.281
	6.142.742	5.452.504

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos .

15. Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
--	-------------------	-------------------

Servidões	150.731	150.731
	150.731	150.731

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	150.731	150.731
Adições e reversões, líquidas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	150.731	150.731

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.005	55.005
Adições e reversões, líquidas (i)	95.726	95.726
Saldo em 31 de dezembro de 2021	150.731	150.731

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação do processo 0100795-91.2006.8.12.0002, no valor de R\$ 114.825 (cento e quatorze mil, oitocentos e vinte cinco reais) com ocorrência de decisão judicial e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão com decisão judicial em sede de RESP no STJ. Atualmente o processo esta em fase de cumprimento de sentença onde existe discussão a respeito dos cálculos apresentados.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e cíveis, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais (i)	2.312.818	2.180.243
Trabalhista (ii)	1.016.216	-
	3.329.034	2.180.243

- (ii) Processos Fiscais: Referem-se à duas ações judiciais que tramitam pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram autuadas sob o nº 0143346-83.2013.4.02.5101 e 0104607-07.2014.4.02.5101, e nas quais se discute PIS e CSLL. Nos dois casos houve sentença favorável à Companhia, que foi objeto de recurso pela Fazenda Nacional e aguarda-se julgamento dos recursos. O valor envolvido nas duas ações é de R\$ 2.312.818 (dois milhões, trzentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais).
- (ii) Processos Trabalhistas: Referem-se a específicos três casos trabalhistas nos quais há discussão acerca de verbas trabalhistas contratuais e seus reflexos. O caso mais relevante refere-se ao processo nº 0025109-84.2021.5.24.0002 que tem valor de exposição de R\$ 413.000 (quatrocentos e treze mil reais), está em grau de recurso contra julgamento de procedência parcial da ação e aguarda-se julgamento do recurso.

16. Impostos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos	58.971.171	58.501.421
IR Diferido	43.361.156	43.015.752
CSLL Diferida	15.610.015	15.485.669
Pis e Cofins diferidos	41.330.389	41.172.064
Pis Diferido	7.372.448	7.344.206
Cofins Diferido	33.957.941	33.827.858
	100.301.560	99.673.485
	100.301.560	99.673.485

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035.000 (duzentos e quatorze milhões e trinta e cinco mil reais) dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante de R\$ 53.894.053 (cinquenta e três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, cinquenta e três reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de o valor disponível é de R\$ 46.454.474 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais).

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	36.936.340	46.714.800
Reserva legal (5%)	<u>(1.846.817)</u>	<u>(2.335.740)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>35.089.523</u>	<u>44.379.060</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>350.895</u>	<u>443.791</u>
Juros sobre capital próprio (i)	(10.604.045)	(9.017.232)

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 11.785.005 (onze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e cinco reais). Esse montante foi pago no mês de agosto de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 27.431.618 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e dezoito reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 9.017.232 (nove milhões dezessete mil duzentos e trinta e dois reais), referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.352.584,8 (um milhão, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$7.664.647,2 (sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte centavos). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 34.381.411 (trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e onze reais). Em 01 de dezembro de 2022 os conselheiros deliberaram por unanimidade, por rerratificar a ata realizada em 24 de maio de 2022 de modo que passe a constar R\$ 31.925.057 (trinta e um milhões, novecentos e vinte e cinco mil, cinquenta e sete reais). Esse montante, foi pago no decorrer do exercício de 2022.

Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 10.604.045 (dez milhões, seiscentos e quatro mil, quarenta e cinco reais) referente ao

exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.590.607 (um milhão, quinhentos e noventa mil, quinhentos e sete reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$9.013.438 (nove milhões, treze mil, quatrocentos e trinta e oito reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

18. Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	<u>126.317.089</u>	<u>129.350.698</u>
Receita de operação e manutenção	26.714.670	26.433.198
Remuneração dos ativos de contrato	61.086.923	61.897.300
Receita de construção (i)	22.926.898	2.297.578
Outras receitas (ii)	15.588.598	38.722.622
Deduções da receita operacional	<u>(17.514.250)</u>	<u>(17.286.749)</u>
Pis e Cofins correntes	(11.539.442)	(12.852.402)
Pis e Cofins diferidos	(158.326)	893.614
RGR	(4.320.153)	(3.632.594)
P&D	(423.834)	(487.057)
TFSEE	<u>(1.072.495)</u>	<u>(1.208.311)</u>
	<u>108.802.839</u>	<u>112.063.949</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço da subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21.
- (ii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IGPM apresentou uma tendência de queda recente quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou à patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

19. Custo de construção e operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(9.384.174)	(7.975.576)
Material	(1.048.679)	(591.700)
Serviços de terceiros	(1.001.628)	(1.177.539)
Seguros	(140.821)	(123.195)
Tributos	(22.036)	(69.856)
Arrendamentos e aluguéis	(13.824)	(114.166)
Custo de construção (ii)	(18.485.338)	(2.960.582)
Custo de operação e manutenção (iii)	(2.236.262)	(6.663.862)
Gastos diversos	<u>(803.815)</u>	<u>(774.168)</u>
	<u>(33.136.577)</u>	<u>(20.450.644)</u>

(i) Variação refere-se a contratação de novos colaboradores, dissídios e méritos no exercício de 2022

(ii) Variação refere-se substancialmente no investimento com o projeto de reforço da subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21.

(iii) Variação refere-se ao investimento da Companhia no exercício de 2021 no projeto de melhoria das torres de 230Kv e nos projetos de instalação de bancos de baterias e retificadores independentes ao do sistema de proteção.

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(3.741.045)	(4.065.952)
Material	(103.304)	(116.725)
Serviços de terceiros	(623.682)	(651.166)
Arrendamentos e aluguéis	(111.968)	(78.575)
Doações	-	(214.432)
Provisão (i)	(736.290)	61.818
Tributos	(21.325)	(7.072)
Depreciação e amortização	(217.193)	(59.671)
Patrocínios (ii)	(604.824)	-
Outras	(722.866)	(815.053)
	<u>(6.882.497)</u>	<u>(5.946.828)</u>

- (i) Em 2022 o saldo refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperado (PCE) do Grupo Quinturará conforme nota explicativa 6.
- (ii) Valor refere-se a patrocínios em programas sociais como Instituto Mano Down, Educare, entre outros.

21. Outras receitas /(despesas) operacionais líquidas

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de Contratos de Compartilhamento das Instalações de Transmissão (CCI)	231.633	288.062
Tributos sobre a Receita	(21.426)	(83.670)
Gastos Diversos Serviços de O&M	(1.578.187)	(1.756.031)
Pessoal	(260.884)	(302.378)
Serviços de Terceiros	(329.687)	(138.981)
Depreciação e amortização	(320.914)	(316.579)
Outros	(843)	(7.192)
	<u>(2.280.308)</u>	<u>(2.316.769)</u>

22. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	<u>8.144.400</u>	<u>3.678.496</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	7.633.751	3.243.900
Outras receitas financeiras	907.833	614.005
Tributos sobre receitas financeiras	(397.184)	(179.409)
Despesa financeira	<u>(14.892.382)</u>	<u>(19.985.629)</u>

Variações monetárias passivas (ii)	(7.479.255)	(12.932.845)
Juros sobre financiamentos	(5.872.523)	(5.858.608)
Amortização do custo do empréstimo	(755.204)	(755.204)
Multas e acréscimos moratórios	(19.569)	(22.338)
Outras despesas financeiras	<u>(765.836)</u>	<u>(416.634)</u>
	<u>(6.747.982)</u>	<u>(16.307.133)</u>

(i) Variação refere-se substancialmente a aumento da receita de aplicação financeira devido as aplicações referentes a sobra de caixa no exercício de 2022.

(ii) Variação refere-se substancialmente a redução da atualização monetária sobre debêntures.

23. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.755.474	67.042.575
Adições/Exclusões não dedutíveis	2.515.015	1.930.741
Ajustes ICPC 01	16.689.139	(15.392.337)
Juros s/ Capital Próprio	(10.604.045)	(9.017.232)
Outros	<u>(1.041.416)</u>	<u>-</u>
Lucro Real	<u>67.314.167</u>	<u>44.563.747</u>
Compensação PF/BN (30%)	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro Real (Após Compensação)	67.314.167	44.563.747
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(16.804.542)	(11.116.937)
Inc. Fiscais	607.158	383.600
IRPJ devido (25%)	(16.197.384)	(10.733.337)
CSLL (9%)	<u>(6.152.002)</u>	<u>(4.010.737)</u>
IR e CS correntes	(22.349.386)	(14.744.074)
IR e CS diferidos	<u>(469.749)</u>	<u>(5.583.701)</u>
	<u>(22.819.135)</u>	<u>(20.327.775)</u>
Alíquota efetiva	37%	22%

24. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

24.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>4.654.242</u>	<u>3.724.510</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.642.194	3.712.461
Intercompany Itatim - Despesas gerais- fundo fixo	12.048	12.049

24.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
	<u>518.111</u>	<u>654.228</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>498.111</u>	<u>634.228</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	498.000	634.228
Intercompany MRTE - Despesas gerais – pagamento de imposto	111	-
Intercompany Itatim - Despesas gerais – fundo fixo	20.000	20.000

24.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>15.219.530</u>	<u>14.349.746</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	15.649.247	14.469.662
Aluguel (ii)	(105.428)	(60.473)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(324.289)	(59.443)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

24.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	400.861	458.882
Benefícios diretos e indiretos	69.983	96.817
Encargos	234.211	256.826
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>328.362</u>	<u>317.197</u>
Valor total da remuneração	1.033.417	1.129.722

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

25. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 25.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.803.147	64.574.343
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	24	4.654.242	3.724.510
Concessionárias e permissionárias	6	10.654.298	13.074.901
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos	12	127.614.317	132.293.256
Fornecedores – terceiros	11	5.011.440	3.484.848
Fornecedores - partes relacionadas	24	518.111	654.228

25.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização

do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 127.614.317
Cálculo valor justo: R\$ 121.755.271

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

25.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	67.803.147	64.574.343
Contas a receber partes relacionadas	4.654.242	3.724.510
Concessionária e Permissionárias	10.654.298	13.074.901
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	127.614.317	132.293.256

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras,

principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.150.570	160.150.570

Veículos	Carros	<u>2.879.459</u>	<u>2.689.794</u>
		<u>183.030.029</u>	<u>182.840.364</u>

28. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 7.385.722 (sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil setecentos e vinte e dois reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	76.940
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46.157
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	35.180
PPTE-PM-2021-5331	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	415.917
PPTE-PM-2021-5492	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.765.779
PPTE-PM-2022-6443	Nari	IPARO - SPCS	04/04/2022	1.092.936
PPTE-PM-2022-6693	Siemens	IPARO - Equipamentos	28/04/2022	963.297
PPTE-PM-2022-6756	PFIFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	41.850
PPTE-PM-2021-4416	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
PPTE-PM-2021-5493	Sendi	Contrato EPC - UHE TPs	11/02/2022	633.839
PPTE-PM-2022-6756	PFIFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	66.600
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	235.407
				<u>7.385.722</u>

Cronograma de vencimento	Em R\$
2023	<u>7.385.722</u>
	<u>7.385.722</u>

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2